



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011311-29.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **Reginaldo Aparecido Paolozza**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

REGINALDO APARECIDO PAOLOZZA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Instituto Nacional do Seguro Social, também qualificado, alegando tenha sofrido acidente do trabalho, em 08/07/2014, com fratura exposta do dedo indicador da mão esquerda, auferindo auxílio-doença acidentário até o dia 15/09/2014, salientando que, embora tenha voltado a trabalhar, não consegue mais exercer as mesmas atividades que antes exercia, já que o acidente reduziu sua capacidade laborativa, perdendo grande parte dos movimentos, de modo que reclama a concessão de auxílio-acidente de valor equivalente a 50% de seu salário de contribuição, a partir da alta médica.

O réu contestou o pedido alegando não tenha o autor preenchido os requisitos legais para a concessão do auxílio-acidente notadamente a incapacidade temporária ou permanente e total, sem possibilidade de reabilitação, sendo do autor o ônus da prova, sem embargo de que, deve o autor demonstrar esteja procurando meios de se recuperar, além de provar não seja a incapacidade preexistente, comprovando, ainda, o nexo causal e a perda ou diminuição da capacidade para desempenho da mesma atividade que estava a desempenhar no momento do infortúnio, concluindo pela improcedência da ação e, em caso de procedência, seja reconhecida a prescrição quinquenal.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

O feito foi instruído com prova pericial, seguindo-se manifestação apenas do autor.

É o relatório.

DECIDO.

O laudo pericial atestou que *“As lesões descritas, considerando sua natureza, são de caráter permanente e compatíveis com o acidente historiado nos autos. A limitação dos movimentos do 2º dedo da mão esquerda descrita determina uma invalidez de caráter parcial e permanente...”* (cf. fls. 91), lesão tida como irreversível.

Ademais, como ponderado no v.acórdão proferido na Ap. Cível s/ revisão nº 566.929-5/6-00, da 16ª Câmara de Direito Público do TJSP, j. 15/09/2009, Relator Des. VALDECIR JOSÉ DO NASCIMENTO, *“Não se pode deixar de considerar que a mão*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*funciona como um conjunto harmônico, em que cada dedo tem sua função própria e ajuda os outros na tarefa de preensão dos objetos, movimentação e posicionamento de estruturas a serem trabalhadas ou manuseadas. Qualquer alteração anatômica ou funcional que prejudicar esse conjunto dificultará sua atividade, causando prejuízo para o infortunado levando-o a procurar novo ponto de equilíbrio para que o trabalho possa ser realizado, o qual se fará a expensas de maior gasto de energia”.*

Continua, no mesmo v.acórdão, “*que embora o obreiro tenha voltado a desempenhar a mesma função, depois do acidente, isto é irrelevante para o desate do recurso, pois nenhuma dúvida paira no sentido de que, em face da lesão ocorrida, ele deverá despende maior esforço para atingir o mesmo fim – processo compensatório -, impondo-se, assim, a concessão do auxílio acidente.*”

Para melhor ilustrar essa linha de pensamento, colacionamos o v. acórdão proferido pela 17ª Cam. de Direito Público do TJSP, Rel. Des. ANTONIO JOSÉ MARTINS MOLITERNO, Ap. s/ Rev. 639.404-5/7-00, j. 20/10/2009:

**“LIDE INFORTUNÍSTICA – EVENTO TÍPICO – PERÍCIA JUDICIAL – PERDA DA FALANGE DISTAL DO 2º DEDO DIREITO – DISPÊNDIO DE PERMANENTE MAIOR ESFORÇO FÍSICO – AUXÍLIO ACIDENTE – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA – Demonstrado pelo substrato fático e probatório a ocorrência do acidente que amputou parte do 2º dedo direito do autor, e reconhecido pela perícia que as sequelas dele resultantes, conquanto não impeçam o autor de continuar seu mister habitual, exigem um permanente maior esforço físico, a concessão do auxílio acidente se impõe.”.**

Assim, é de rigor o acolhimento da demanda para conceder ao autor o benefício de auxílio-acidente, observando que o termo inicial é a alta médica.

Cabe, ainda, seja observado que “os valores em atraso serão atualizados e acrescidos de juros de mora na forma da Lei 11.960/09” e que “a renda mensal a ser implantada será reajustada pelos índices de manutenção” (cf. Ap. nº 0025578-88.2009.8.26.0053 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 <sup>1</sup>).

Observar-se-á, assim, “o montante em atraso deverá ser apurado com emprego dos índices de correção monetária pertinentes (no caso pelo IGP-DI), com acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009” (cf. Ap. nº 0006357-94.2009.8.26.0320 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 <sup>2</sup>).

Observar-se-á ainda a prescrição quinquenal.

O réu sucumbe, devendo, não obstante, observar-se que “a autarquia é isenta de custas processuais, a teor do artigo 5º da Lei nº 4.952/85 e consoante artigo 6º da Lei nº 11.608/03” (cf. Ap. nº 0049840-87.2010.8.26.0564 - 16ª Câmara de Direito

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>2</sup> www.esaj.tjsp.jus.br


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Público TJSP - 23/10/2012 <sup>3</sup>), observando-se ainda que, “nas lides acidentárias, em regra, os honorários são fixados no percentual de 15% sobre as prestações vencidas até a sentença, consoante disposto na Súmula 111 do STJ” (cf. TJSP, Ap. 487.524.5/2-00, 17ª Câm. De Direito Público, rel. Dês. Antonio Moliterno, j. em 26.2.2008)

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu **Instituto Nacional do Seguro Social** a implantar em favor do autor **Reginaldo Aparecido Paolozza** o benefício previdenciário de auxílio-acidente, no valor equivalente a 50% do salário de benefício, a partir da alta médica, observando-se, em relação aos valores vencidos até a data do pagamento, o acréscimo de correção monetária pelos índices IGP-DI, a contar da data do vencimento de cada prestação mensal, bem como o acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1%, e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 19 de setembro de 2018.

**VILSON PALARO JUNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br